

MUNDO ÁRABE

**KENNETH M. POLLACK,
DANIEL L. BYMAN, ET AL.,
THE ARAB AWAKENING: AMERICA
AND THE TRANSFORMATION
OF THE MIDDLE EAST**

Washington, Brookings Institution Press, 2011,
381 pp.

Escrito a dezoito mãos, este é um livro incontornável para quem desejar compreender os acontecimentos que, desde dezembro de 2010, quando Mohamed Bouazizi se autoimolou numa pequena cidade tunisina, se sucederam em cadeia afetando inevitavelmente todos os países do Médio Oriente e do Norte de África. Estes acontecimentos levaram ainda à saída do poder de líderes autoritários que governavam os seus países há várias décadas, obrigando os outros a reagir de alguma forma para conter o potencial de contestação. Por isso, os autores do livro que, como destacam, não é uma obra editada mas uma obra «colaborativa», não hesitam em afirmar que estamos perante um dos desenvolvimentos políticos mais importantes do século XXI: a «reemergência do Mundo Árabe após décadas de estagnação política».

Neste sentido, o objetivo desta obra não é contar os acontecimentos, mas explicar as suas causas e quais as dinâmicas coletivas envolvidas, isto é, as interações entre o que acontece nos diversos países da região aqui abordada, quais os padrões que podem ser observados e, como é que os Estados Unidos deverão reagir a este movimento regional a curto e a longo prazo.

O livro *The Arab Awakening* integra, por isso, capítulos sobre todos os estados árabes, exceto o Líbano e o Sudão, capítulos que exploram as reações dos estados não árabes da região bem como das potências estrangeiras com interesses e presença na região; e capítulos temáticos sobre as questões identificadas como estando na origem das revoltas e que continuam no centro do debate sobre o presente e o futuro destes países.

Apesar de este movimento regional que ficou conhecido como a «primavera árabe» ter afetado todos os países da região, embora de forma desigual, e de cada estado ser um caso com as suas especificidades, os autores optaram por dividi-lo em três categorias: a) países onde o regime autocrático caiu; b) países onde o regime persiste mas que sentiu a necessidade de

proceder a reformas políticas; c) países onde os protestos não levaram à mudança de regime mas a um conflito civil.

Esta obra tem, portanto, a vantagem de tratar vários temas e países de uma forma unificada mas não unificadora. Usando um enquadramento teórico comum e contando com uma linha condutora, consegue ultrapassar aquele que é por vezes o maior problema das obras coletivas: a falta de coesão entre capítulos. Ao mesmo tempo, não cai no erro de cometer as generalizações com que tantas vezes nos deparamos nos escritos sobre o mundo árabe.

**STEVEN A. COOK,
THE STRUGGLE FOR EGYPT:
FROM NASSER TO TAHRIR SQUARE**

Nova York, Oxford University Press, 2011, 424 pp.

Quando a 25 de janeiro de 2011 milhares de egípcios se reuniram na Praça Tahrir num movimento de revolta que acabaria por provocar a saída de Hosni Mubarak da Presidência, poucos acreditariam que o país mais populoso do mundo árabe e um dos alicerces mais importantes da estratégia norte-americana na região poderia passar por uma convulsão desta dimensão. Esta obra de Steven Cook ajuda-nos a perceber as causas e qual poderá ser o futuro do país.

Cook, investigador sénior do Council on Foreign Relations, desenha um retrato do país apresentando as razões do seu fraco desenvolvimento, autoritarismo e do seu contributo para o jihadismo internacional, marcado pelo nepotismo e corrupção, partindo da análise de diferentes momentos históricos cruciais para este entendimento.

A tese central do livro é que desde 1952 os líderes do país nunca tiveram ideologia, baseando o seu poder num intrincado aparelho coercivo.

A análise de Cook resulta de um longo trabalho de campo no Egito, com pesquisa arquivística e entrevistas apresentando-nos simultaneamente uma história e uma análise política profunda do país e dos desafios que este enfrenta, explorando as tensões que persistem entre militares, islamitas e democratas, ao mesmo tempo que explora a relação do Egito com os Estados Unidos e Israel.

Esta obra poderá ser dividida em três partes, que correspondem a cada uma das presidências. Na primeira parte, Cook explora a liderança nasserista, transparecendo alguma admiração por Nasser e pela forma como expandiu o prestígio internacional do Egito e como controlou os islamitas no país. Na segunda parte, dedicada à presidência de Sadat, o autor destaca a forma como este apoiou e promoveu a abertura económica (*Infitah*) do país que permitiu o crescimento da elite económica que acabaria por formar o círculo de Mubarak, a distensão face aos islamitas da Irmandade Muçulmana e as relações com Israel. A terceira parte, centrada em Mubarak, denota um tom crítico. Cook dedica o quinto capítulo do livro («A tale of two Egypts») a uma descrição bastante detalhada das redes de corrupção e de repressão do regime, destacando episódios como as relações de Gamal Mubarak com o Bank of America e a forma como este terá beneficiado da dívida do país. No capítulo seguinte, Cook aborda a relação com os Estados Unidos, mostrando

como esta aliança, principalmente após o Acordo de Paz com Israel em 1979, teve um forte impacto negativo nas percepções dos egípcios (e do mundo árabe) face ao regime, apresentando de forma bastante pormenorizada a ineficácia dos diversos programas norte-americanos de ajuda e promoção democrática para o país. Finalmente, o último capítulo do livro dedica-se aos acontecimentos de 2011 e às grandes questões em suspenso, particularmente as tensões e as relações entre militares e partidos políticos e entre islamitas e liberais, bem como as dinâmicas da sociedade perante este momento.

O livro *The Struggle for Egypt* é um importante documento para académicos e curiosos que pretendam conhecer as dinâmicas que têm marcado o país nos últimos sessenta anos e que continuam a marcar os debates sobre o futuro, combinando a sua análise informada e aprofundada com uma escrita acessível e bem recheada de pequenas anedotas e pequenas histórias pessoais.

**MARC LYNCH, SUSAN B. GASSER
E BLAKE HOUNSHELL (EDS.),
REVOLUTION IN THE ARAB WORLD:
TUNISIA, EGYPT AND THE UNMAKING
OF AN ERA**

Kindle Edition, *Foreign Policy Magazine*, 2011, 181 pp.

Reunindo relatos e análises escritos ao longo dos acontecimentos, esta obra funciona como uma espécie de diário de bordo sobre os acontecimentos que marcaram o ano internacional de 2011, apresentando textos de alguns dos mais reputados especialistas norte-americanos sobre o mundo árabe como, por exemplo,

Nathan J. Brown, e textos de ativistas dos direitos humanos, políticos, e blogueses como Issandr El Amrani, um dos mais influentes da região.

Sendo, no fundo, uma coletânea de textos escritos ao longo dos acontecimentos, e portanto criticável, por um lado, pelo otimismo que transparece em várias análises e, por outro, pela falta de distanciamento necessário para uma análise mais aprofundada, esta obra não deixa de ser um estudo interessante sobre os protestos.

O volume está organizado de forma cronológica e combina análises históricas, culturais e políticas com relatos de âmbito mais jornalístico, escritos a partir da rua árabe. Da mesma forma, combina a análise sobre os problemas e fragilidades dos estados da região, com a análise da política externa norte-americana no que respeita à sua relação com estes regimes assumindo que, sobretudo após o 11 de setembro, e face ao reforço das políticas de promoção democrática para o mundo árabe, estes líderes tornaram-se mais opressivos à medida que a sua relação com os Estados Unidos se fortalecia. March Lynch, editor do livro e um dos principais editores da revista *Foreign Policy*, defende que a instauração de regimes democráticos na região não correspondia aos interesses estratégicos de Washington que preferiam líderes que já conheciam, por muito corruptos ou repressivos que fossem, à alternativa: islamitas que não conheciam e com quem o diálogo seria mais difícil.

Outro dos temas mais debatidos sobre a chamada «primavera árabe» tem sido o papel dos novos meios de comunicação nos movimentos de revolta. Este assunto é aqui

abordado por Tina Rosenberg e Tom Malinowski, que exploram, talvez de modo excessivamente entusiástico, a forma como o Wikileaks e outros média sociais como o Facebook e o Twitter permitiram o desenvolvimento de parcerias entre os «revolucionários de carreira» e os jovens revolucionários na região, dando aos segundos os meios de comunicação e de organização que lhes permitiram pressionar, e até mesmo afastar, líderes despóticos que governavam há várias décadas.

Esta obra é, porém, omissa em dois temas muito relevantes: o enquadramento histórico da região e as questões de género, dimensões que seriam incontornáveis para um relato completo dos acontecimentos e que foram excluídas deste volume, sobretudo quando a revista *Foreign Policy*, fonte desde livro, publicou diversos textos com eles relacionados. Os editores da obra escolheram como casos de destaque os acontecimentos na Tunísia e no Egito. Contudo, é incompreensível a exclusão da Líbia, que representa uma terceira via, em que as revoltas acabaram por se converter num conflito armado com intervenção internacional, e que foi o terceiro país cujo líder seria afastado do poder.

Entre omissões e conclusões, este volume não deixa de ser bem-sucedido no relato dos acontecimentos e na introdução de pequenas análises acessíveis a qualquer leitor, captando *lato sensus* os acontecimentos mais importantes das últimas décadas na região – como o livro destaca, estas revoluções alteraram fundamentalmente o *status quo* regional quando nem as políticas ocidentais nem o terrorismo fundamentalista o conseguiram fazer.

JEAN-PIERRE FILIU,
LA RÉVOLUTION ARABE: DIX LEÇONS
SUR LE SOULÈVEMENT DÉMOCRATIQUE
Paris, Fayard, 2011, 264 pp.

Nos últimos meses as livrarias francesas foram inundadas de livros e números especiais de revistas sobre as revoltas árabes. Sobressai a obra de Jean-Pierre Filiu, um dos mais destacados politólogos franceses, especialista em política do mundo árabe, jihadismo e terrorismo, que ousa nomear dez lições que poderão ser retiradas da «revolução árabe», a partir do que conhece da realidade da região e do que observa da evolução dos acontecimentos, sobretudo na Tunísia e no Egito.

Para Filiu, estamos perante uma nova era, pelo que o autor desconstrói as narrativas mais divulgadas sobre o mundo árabe, procurando explicar porque é que, à data em que escreve, só a Tunísia e o Egito tinham sido capazes de afastar, através de revoltas de natureza pacífica, os seus líderes autocráticos, enquanto que outros países permaneceram imunes à onda de revoltas. No que respeita a Marrocos e à Jordânia, o autor considera, e a evolução dos acontecimentos confirmou-o, que as duas monarquias iriam ceder à pressão das manifestações e seguir pela via da reforma constitucional para limitar em determinado grau o poder real.

Ao longo dos dez capítulos do livro, Filiu expõe as dez lições que deverão ser retiradas das revoluções, sendo que a maioria trata de desmentir mitos e preconceitos que vários especialistas mais sérios já ignoravam nos seus estudos, mas que continuavam a estar presentes na base de várias políticas e estratégias para a região.

O primeiro desses mitos é a exceção autoritária de que a região não se poderia democratizar – porém, de acordo com Filiiu, o povo árabe tem «lutado pelos seus direitos há mais de uma geração, mas os preconceitos culturais e políticos têm impedido a compreensão da dimensão da sua insatisfação» e a «revolução árabe» é a prova da vontade de liberdade, democracia e boa governança que os cidadãos da região terão. Neste sentido, os muçulmanos não são apenas muçulmanos e a sua religião não pode explicar a estagnação dos regimes em que vivem.

Para Filiiu, a juventude está na primeira linha e domina os protestos e, sem líderes centrais e carismáticos, conseguiu através das redes sociais levar milhões de pessoas às ruas, pressionando de forma sem precedentes os líderes autoritários, pelo que a sua raiva poderá criar um *momentum* revolucionário permanente que não leva necessariamente à democracia – e a alternativa à democracia, é o caos. Para evitar o caos, os islamitas, os movimentos de oposição mais organizados no mundo árabe, deverão aproveitar a oportunidade e aceitar estabelecer coligações com forças políticas liberais e seculares.

Por outro lado, Filiiu afirma ainda que a vitória da «revolução árabe» comprova que o jihadismo e a Al-Qaida se tornaram obsoletos, na medida em que falharam no seu objetivo de representar a única força de mudança na região e em que os movimentos de revolta representam valores e objetivos contrários aos seus.

Sendo um livro escrito num tom claramente otimista, a última lição de Filiiu contraria de alguma forma este espírito ao afirmar que não haverá um efeito dominó e a «revolução árabe» será uma queda do Muro de Berlim – a região nunca mais será a mesma, embora países como as monarquias petrolíferas do Golfo não sejam grandemente afetadas, e as fronteiras existentes manter-se-ão inalteradas. Ao longo do livro, Filiiu não deixa de fazer recomendações políticas. Contudo, parece-nos estranho não ter incluído nas suas lições uma avaliação profunda das políticas de promoção democráticas e das alianças ocidentais no mundo árabe, nem tão-pouco ter desenvolvido uma análise à intervenção internacional na Líbia e as consequências do seu apoio no futuro do país.

■ ISABEL ALCARIO

**BRAHMA CHELLANEY,
WATER: ASIA'S NEW BATTLEGROUND**

Washington DC, Georgetown University Press, 2011,
400 pp.

«**T**his is the world's most precious resource, we need to control as much of it as we can», avisa Dominic Greene, o vil magnata que enfrenta o «agente 007» algures no deserto sul-americano em *Quantum of Solace* (2008). O precioso recurso não é petróleo, nem ouro, é água. Brahma Chellaney, analista indiano no Center for Policy Reserch, em Nova Deli, concorda, olhando para a Ásia e apontando de forma alarmista para uma China que goza da vantagem de controlar o Tibete, o teto do mundo onde têm origem os principais rios asiáticos e dos quais dependem onze países a jusante, do Afeganistão ao Vietname.

Estes rios incluem o Brahmaputra (com nascente na China, percorrendo depois a Índia e desaguando num imenso delta no Bangladesh), o Indo (China, Índia, Paquistão) e o Mekong (China, Birmânia, Laos, Tailândia, Camboja, Vietname). No total, a Ásia conta 57 bacias hidrográficas com complexos sistemas ecológicos e socioeconómicos que ignoram fronteiras políticas. Temos água, Ásia e um indiano sinóforo. Temos filme, portanto: se a China continuar a construir barragens a montante e a insistir numa abordagem coerciva ou estritamente bilateral nas dezenas de conflitos hidrográficos que a opõem aos seus vizinhos, o sonho de uma «nova Ásia» afundar-se-á num pântano de disputas diplomáticas e conflitos militares com

imensos custos para a segurança internacional. É essa a mensagem principal que Chellaney nos dá neste livro. Gerir um recurso transnacional requer uma abordagem multilateral (ou «diplomacia preventiva») se quisermos evitar um século XXI marcado por *water wars*.

Estamos a assistir à lenta securitização da água na Ásia e Chellaney apresenta-nos um ótimo diagnóstico, munido de excelentes factos, tabelas e mapas. O continente concentra 70 por cento da capacidade de irrigação mundial e 80 por cento da sua quota são utilizados para fins agrícolas (contra 30 por cento na Europa). É na Ásia que se concentra a grande maioria da população mundial, com mais de um terço (37 por cento) concentrada só na China e Índia, mas as reservas de água no continente estimam-se em pouco mais de dez por cento do total mundial. Enquanto que o americano consome em média 580 litros de água por dia, o chinês fica-se (ainda) pelos 90. A água vende-se cara na Ásia porque represente segurança – económica, acima de tudo – mas também estabilidade política ao nível doméstico.

Chellaney vê neste recurso uma área «teste» para o futuro da Ásia, tal como o carvão e o aço serviram de primeira etapa ao processo de integração europeu. Sublinha a falta de mecanismos institucionais a Oriente que possibilitem cooperação multilateral, e sugere que estes se criem urgentemente, antes que os conflitos se agudizem e a «nova ordem global», centrada na Ásia se perpetue como uma nova «arena geopolítica à antiga». Para isso, é fundamental integrar a China, voluntariamente ou coercivamente, num mecanismo de resolução

de conflitos regional que se pautem pela cooperação multilateral. De notar que a China só foi parte de três dos 39 acordos interestatais para regular recursos hidrográficos na Ásia desde 1948 (e nenhum deles com os seus vizinhos a Sul).

**MICHAEL D. SWAINE,
AMERICA'S CHALLENGE:
ENGAGING A RISING CHINA
IN THE TWENTY-FIRST CENTURY**

Washington DC, Carnegie Endowment Press, 2011,
673 pp.

Seiscentas e setenta e três páginas para concluir que... os Estados Unidos devem continuar a abordar a China com uma estratégia mista, combinando cooperação (*engagement*) e contenção (*containment* ou *offshore balancing*).

A recomendação de Michael D. Swaine, do Carnegie Endowment of International Peace, em Washington, pode parecer simplista, mas é uma dose de moderação bem-vinda num momento em que a imensa batalha republicana pela nomeação a candidato presidencial se pauta por níveis inéditos de retórica anti-China.

No entanto, para além desta continuidade e moderação nas relações com Pequim, Swaine alerta também para a importância de, mesmo com os olhos postos no horizonte geopolítico do Indo-Pacífico, os Estados Unidos não se esquecerem de que é no plano doméstico – na capacidade económica e tecnológica – que se joga o seu futuro na ordem mundial (ou seja: o poder relativo perante a China).

Swaine identifica três motivos de preocupação que moldam a emergência da China

na ótica de Washington: é uma potência militar continental numa zona de tradicional influência americana; tem testemunhado um crescimento económico e tecnológico ímpar; e é um regime autoritário, centralizado. Perante este colosso, e um mundo crescentemente interdependente, a tradicional abordagem dos Estados Unidos à China (que caracteriza de «limited, ad hoc bilateral policy coordination») é insustentável. A palavra-chave de Swaine é «complexidade» (que repete até à exaustão): vivemos num «mundo mais complexo», e Washington e Beijing devem, por conseguinte, responder com um diálogo bilateral mais complexo, ou seja, abrangente.

O livro identifica e detalha sete áreas que demonstram a suposta insustentabilidade de uma abordagem circunstancial a esta imensa complexidade: a emergência de novos atores geopolíticos, especialmente a Índia, sem esquecer a possibilidade de um Irão nuclear e questões «tradicionais» como a Coreia do Norte ou Taiwan; a crescente complexidade institucional, com uma proliferação de diálogos e organizações multilaterais (ASEAN, APEC, SCO), bilaterais (preferidos pela China e Estados Unidos) ou, mais recentemente, «minilaterais»; a rápida militarização da Ásia, marcada pela securitização de novos espaços, incluindo no domínio marítimo (mar da China, oceano Índico), espacial (escudos balísticos e satélites) e cibernético (ciberguerra); e questões menos «tradicionais», mas com importantes implicações ao nível da segurança, incluindo a crescente interdependência chinesa com o sistema comercial e monetário global (da

importação de recursos energéticos ao seu modelo de crescimento assente nas exportações e subvalorização do *yen*).

Bem ao estilo dos métodos racionalistas da RAND Corporation, onde trabalhou durante vários anos, para Swaine tudo isto se resume a um simples jogo em que Washington precisa de criar uma estrutura de relacionamento bilateral que equilibre incentivos, ameaças e punições («cooperative engagement balanced with hedging»). Ora – sugere o *think-tanker* sinólogo – assim que colocados nessa estrutura, os decisores chineses responderão de forma positiva, de acordo com os interesses americanos. É uma ampla hipótese. Simples e racional. Mas realista?

**ANATOL LIEVEN,
PAKISTAN: A HARD COUNTRY**

Nova York, PublicAffairs, 2011, 558 pp.

O Paquistão está na moda. Por péssimas razões, no entanto. Em Washington, o país que, há menos de dez anos, era visto como um principal aliado na «guerra ao terrorismo», é agora colocado no grupo de potenciais estados falhados e inimigos, especialmente desde que Osama bin Laden foi encontrado nos subúrbios da capital paquistanesa, possivelmente sob conhecimento, se não mesmo proteção oficial.

Há outras razões que motivam a avalanche de livros publicados nos últimos meses sobre o estado atual e o futuro do Paquistão (para além de Lieven, recomendam-se também o relativamente pessimista *The Future of Pakistan* editado por Stephen P. Cohen, e o hiperotimista *Pakis-*

tan: Beyond the Crisis State, coordenado por Maleeha Lodhi).

O país atravessa uma onda de extremismo islamita, com vários políticos moderados assassinados, incluindo Benazir Bhutto e Salman Taseer, e uma crescente vaga de jornalistas que só no estrangeiro encontram refúgio de ameaças de morte misteriosas. As forças eleitas democraticamente, entre as quais o Presidente Zardari e o primeiro-ministro Gilani, são pouco mais do que fantoches nas mãos de um ultrapoderoso Exército e seus serviços secretos (ISI) que só não avançam para um golpe porque (ainda) preferem comandar os destinos do país (e partilhar os espólios, ou seja, a assistência económica americana) indiretamente, do conforto dos quartéis. Finalmente, como se não bastasse, o país atravessa uma crise económica ímpar depois das cheias catastróficas de 2010, e receia-se também que o imenso arsenal nuclear poderá cair nas mãos de extremistas.

Para Anatol Lieven, professor no King's College de Londres e investigador na New America Foundation, estes são desafios formidáveis, mas é um exagero falar na possibilidade de um colapso do Paquistão. Prefere, em vez disso, sublinhar uma poderosa e vibrante sociedade paquistanesa que qualifica repetidamente de *resilient* e capaz de moldar e negociar a sua relação com um Estado fraco, mas igualmente persistente. Para Lieven, pelo menos alguns males paquistaneses vêm por bem, e é essa a sua principal tese, bastante otimista: embora minada por estruturas feudais, tribais e dinásticas (Lieven prefere o termo *kinship* que, no entanto, não define)

a sociedade paquistanesa não deixa de ser uma «sociedade», porque se define perante (e às vezes contra) as incipientes estruturas estatais, especialmente o Exército, que desde 1947 esteve mais tempo no comando do país do que governos democraticamente eleitos.

Perante o imenso pessimismo que começa a marcar as previsões sobre o futuro do Paquistão, o trabalho de Lieven não deixa de oferecer uma nota positiva, de esperança. Mas a esperança não é uma estratégia. O que fazer no caso de um novo golpe militar e aproximação à China, de um governo extremista pró-talebã pós-2014, ou de um ataque bombista de terroristas paquistaneses a Times Square ou em Londres? São essas as grandes questões que preocupam os governos e a opinião pública nos países ocidentais. Lieven, no entanto, prefere sublinhar «alterações climáticas» como a principal ameaça à sobrevivência e integridade do Paquistão. *Seriously?*

**THANT MYINT-U,
WHERE CHINA MEETS INDIA: BURMA
AND THE NEW CROSSROADS OF ASIA**

Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 2011, 361 pp.

Há três ou quatro anos a imagem internacional do Mianmar (ou «Myanmar», ou «Birmânia») não era muito diferente da da Coreia do Norte: um regime militar isolado do resto do mundo; violência contra manifestações pacíficas de monges budistas, e a líder da oposição e prémio Nobel da paz Aung San Suu Kyi em prisão domiciliária há quase duas décadas. Como se não bastasse, a junta de generais birmaneses via

a formidável China como uma aliada e – suspeitava-se então – procurava também desenvolver um programa nuclear. «Fast forward» para 2012 e o mesmo país surge agora como o epicentro de um «mundo pós-ocidental», falando-se de uma «primavera birmanesa» e de Rangum e Mandalay como a «nova fronteira de negócios» da Ásia. É este renovado país em acelerada abertura política e económica que o belo livro de Thant Myint-U nos ajuda a descobrir. Para Thant, o Mianmar é um pouco como o Afeganistão do Sudeste Asiático: uma imensa região-fronteira entre duas grandes civilizações – Índia e China – em que só raramente poderes externos conseguiram estabelecer a sua autoridade, incluindo os britânicos até 1886 (depois disso, o país foi governado a partir de Calcutá e Nova Deli até 1937).

Tudo isto mudou desde que a China passou a olhar, ainda nos anos 1990, para o Mianmar como uma peça fundamental no seu plano geopolítico que inclui os objetivos de criar uma nova rota de acesso a recursos energéticos (alternativa ao congestionado estreito de Malaca), expandir a sua presença naval no oceano Índico e conter a Índia na sua periferia. As sanções económicas ocidentais só ajudaram Pequim a consolidar a sua presença, incluindo um a dois milhões de chineses e impressionantes investimentos nas infraestruturas rodoviária, ferroviária e portuária do país – fala-se mesmo na possibilidade de, um dia, superpetroleiros chineses subirem o rio Irrawaddy para abastecer a província chinesa de Yunnan. Thant é neto de um ex-secretário-geral das Nações Unidas e teve uma educação de elite

nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Não é pois surpreendente que vários capítulos do seu livro, muitas vezes em soberbo estilo de literatura de viagem e com digressões pelas regiões mais isoladas do seu país, mas também pelas vizinhas China e Índia, se pautem por um tom nostálgico e fatalista, como que receando a imensa transformação que agora se anuncia (e que ele mesmo tinha previsto em 2006, no seu último livro, *The River of Lost Footsteps*).

Para além dos chavões geopolíticos a que

Thant recorre para salientar a renovada importância do Mianmar («Silk Road», «Great Game», ou «China's California») é óbvio que ele receia a ofensiva chinesa (e agora também americana) e considera o seu país historicamente e culturalmente mais próximo da Índia, que descreve em termos muito favoráveis, embora reconheça que, por ora, é Pequim que tem a iniciativa e vantagem.

■ CONSTANTINO XAVIER

INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS

**RAMESH THAKUR,
THE RESPONSIBILITY TO PROTECT
– NORMS, LAWS AND THE USE
OF FORCE IN INTERNATIONAL POLITICS**

Londres, Routledge, 2011, 232 pp.

A responsabilidade de proteger – doutrina criada em resposta ao ímpeto de Kofi Annan sobre a necessidade de a comunidade internacional reagir face a crises humanitárias críticas – teve origem conceptual com o relatório da Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania do Estado, apresentado em 2001. Como conciliar a urgência de algumas intervenções humanitárias com a renitência do Estado soberano? Os doze autores do relatório de 2001 concluíram que tornando a *responsabilidade de proteger* um dever inerente à soberania, converteriam o Estado no agente essencial à protecção das suas populações e a comunidade internacional

como o agente de reserva quando o Estado é incapaz ou contrário a essa protecção.

Ramesh Thakur, professor na Universidade Nacional da Austrália e co-autor do relatório que deu origem à doutrina, reúne em *The Responsibility to Protect – Norms, Laws and the Use of Force in International Politics* um conjunto de ensaios sobre a evolução e o impacto da doutrina na conceptualização das normas que orientam o sistema internacional.

Thakur salienta como a reconceptualização da soberania em responsabilidade foi profícua para atrair estados africanos e asiáticos, opostos ao paradigma da intervenção internacional, às vantagens da *responsabilidade de proteger*. O autor dos dez ensaios destaca ainda como o debate de 2009 na Assembleia Geral das Nações Unidas foi um claro reflexo da necessidade de equilibrar a não-intervenção com a não-indiferença e de como a progressiva implementação da *responsabilidade de proteger* constitui uma alteração normativa face ao paradigma da

não-intervenção dominante nos debates sobre o intervencionismo dos anos 1990.

O professor de Relações Internacionais demonstra como as invasões do Iraque em 2003 e da Geórgia em 2008 não são casos de *responsabilidade de proteger* e de como a acção da comunidade internacional, ainda que não-militar, face à violência pós-eleitoral no Quénia, em 2008, foi um caso bem-sucedido da implementação da doutrina. O autor argumenta ainda que o facto de não se ter alargado o espectro das causas justas (genocídio, extermínio étnico, crimes de guerra e contra a humanidade) aos efeitos de catástrofes naturais, na sequência dos danos que o ciclone *Nargis* provocou na Birmânia, e de a doutrina não ter minado o apoio considerável às acções das autoridades do Sri Lanka na defesa da integridade das suas fronteiras em 2009, perante os actos violentos de secessão dos Tigres Tamil, foram passos determinantes para a construção do consenso que se gerou em torno da progressiva institucionalização da *responsabilidade de proteger* como uma das normas que rege o uso da força no sistema internacional.

**JAMES PATTISON,
HUMANITARIAN INTERVENTION
AND THE RESPONSIBILITY TO
PROTECT: WHO SHOULD INTERVENE?**

Oxford, Oxford University Press, 2010, 304 pp.

«**Q**uem deve intervir?» é a pergunta subjacente ao longo da obra de James Pattison, que oferece uma reflexão crítica sobre o enquadramento jurídico, os motivos políticos e as normas morais que estão na base da selecção de casos potenciais alvo de intervenções humanitárias.

Ultrapassada a problemática sobre se se deve intervir ou não em crises humanitárias críticas, o académico da Universidade de Manchester procura saber que agente deve conduzir a responsabilidade de «salvar estranhos»: a ONU, a NATO ou a União Africana, um Estado ou uma coligação?

James Pattison, partindo de uma concepção normativa de legitimidade para conduzir as intervenções humanitárias, realça o significado moral e o estatuto jurídico do agente que intervém através de uma abordagem instrumentalista moderada. Para além da legitimidade jurídica do agente da intervenção – com ou sem autorização do Conselho de Segurança – a obra foca-se na eficácia da sua concretização, que o autor considera ser o factor central na ponderação do grau de legitimidade que determinado agente poderá ter na condução de uma intervenção humanitária. Neste sentido, James Pattison argumenta que a legitimidade de um agente está condicionada pelo seu nível de eficácia e que o autor divide em três tipos: a eficácia externa local (se a acção do agente aumenta ou diminui a defesa dos direitos humanos na comunidade alvo da intervenção); a eficácia externa global (se a acção local terá impacto na (não)defesa de direitos humanos a nível mundial); e a eficácia interna (se a acção externa local terá impacto na comunidade de origem do agente).

Assim, para além da análise das qualidades morais dos agentes e da sua (des)adequação aos respectivos cenários empíricos onde têm lugar as operações humanitárias, James Pattison pondera a hipótese de potenciais reformas na acção dos agentes e dos mecanismos à disposição da comunidade internacional, para as quais considera que a

doutrina da *responsabilidade de proteger* contempla acções muito mais abrangentes do que a mera intervenção humanitária.

Quem tem a responsabilidade de intervir quando é necessário proteger estranhos que são alvo de extermínio étnico, genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade? De entre as instituições internacionais à disposição da comunidade internacional, James Pattison destaca a eficácia da NATO como o agente preferencial para a condução de intervenções humanitárias.

ANNE ORFORD,
INTERNATIONAL AUTHORITY AND
THE RESPONSIBILITY TO PROTECT

Cambridge, Cambridge University Press, 2011, 235 pp.

A emergência de novas formas de autoridade, como é o caso patente na execução de acções protectivas através do recurso à prevenção de conflitos, acções humanitárias, *peacekeeping* ou administração de territórios, levam Anne Orford a questionar criticamente a ordem internacional contemporânea e a explicar como é que o conceito de *responsabilidade de proteger* pode ser considerado um progresso normativo relevante.

No escrutínio do contexto histórico e jurisprudencial dos conceitos fundamentais à *responsabilidade de proteger*, ou seja, «protecção» e «soberania», e com recurso ao pensamento teórico de Thomas Hobbes e Carl Schmitt e a casos de estudo ilustrativos, nomeadamente o Iraque, o Kosovo ou o Darfur, a académica da Universidade de Melbourne questiona a centralidade do papel das instituições internacionais e destaca a (in)capacidade real das Nações Uni-

das, e de outros actores internacionais humanitários, para actuarem como um agente imparcial e independente sem se tornarem parte integrante do conflito.

Em *International Authority and the Responsibility to Protect*, a autora argumenta que o ímpeto pela protecção como fundamento central para a autoridade *de facto* remonta aos tempos das revoluções protestante, burguesa, comunista e aos princípios da descolonização, associando o conceito de «autoridade» à capacidade efectiva de garantir a segurança e a protecção das populações – correlações essenciais à compreensão da doutrina da *responsabilidade de proteger*.

Anne Orford defende que a *responsabilidade de proteger* atribui ênfase à capacidade *de facto* de um agente e não exclusivamente à sua conformidade *de jure*, considerando que a doutrina constitui-se como um marco incontornável na evolução da concepção jurídico-normativa vigente desde a criação das Nações Unidas. A professora de Direito Internacional argumenta que se o conceito de «soberania» limita a jurisdição universal e a de outros estados soberanos, o conceito de *responsabilidade de proteger* consagra a distribuição de jurisdição/autoridade entre os estados e os actores internacionais.

PHILIP CUNLIFFE (ED.),
CRITICAL PERSPECTIVES ON THE
RESPONSIBILITY TO PROTECT –
INTERROGATING THEORY AND PRACTICE
Londres, Routledge, 2011, 146 pp.

Desde Noam Chomsky a Aidan Hehir, *Critical Perspectives on the Responsibility to Protect – Interrogating Theory and Practice* reúne o contributo de académicos dos

mais diversos espectros ideológicos sobre a *responsabilidade de proteger*, num conjunto de ensaios que desconstrói criticamente o consenso generalizado sobre os efeitos benéficos da incorporação da doutrina na (re)construção normativa da (in)acção da comunidade internacional perante crises humanitárias críticas.

Os oito autores, distintos na abordagem disciplinar que escolhem para dissecar as fragilidades da doutrina mas unidos na necessidade de interrogar criticamente o consenso que foi construído em torno dos benefícios da *responsabilidade de proteger*, destacam que os princípios teóricos e as consequências políticas subjacentes à incorporação da doutrina em norma devem ser questionados.

Organizado em três partes temáticas – história e política, ordem e direito internacional, responsabilidade em proteger em África – o livro introduz o debate académico sobre a urgência de criticar o in criticável, isto é, como a tentativa de impedir genocídios, extermínio étnico, crimes de guerra e contra a humanidade pode não ser uma coisa boa. Na primeira parte, Noam Chomsky destaca como os mais altruístas princípios podem ser perversamente instrumentalizados para servir os interesses do expansionismo imperial do Ocidente, enquanto que David Chandler alerta para o facto de a doutrina poder ser um meio através do qual o Ocidente se esquivava dos custos político-económicos de respostas imediatas a crises e Tara McCormack salienta como o sucesso

da aceitação da *responsabilidade de proteger* não é mais do que um reflexo da incapacidade do Ocidente em impor uma nova visão normativa à ordem internacional.

Na segunda parte, Philip Cunliffe mostra como a «doutrina em acção» não será mais do que uma sequência dos interesses nacionais e Mary O’Connell argumenta que a *responsabilidade de proteger* pode aumentar o recurso à guerra para alcançar a paz, enquanto que Aidan Hehir realça que a não-acção não deve ser considerada um fracasso moral. Por último, Adam Branch e Mahmood Mamdani questionam as razões que estão por detrás do consenso na aceitação da doutrina pelos líderes africanos e de como o recurso ao uso da força por uns é criminalizada (por exemplo, o Sudão no Darfur) e por outros é tolerada (por exemplo, o Uganda).

A diversidade deste conjunto de ensaios compilados por Philip Cunliffe, de áreas tão distintas como a ciência política, o direito internacional, os estudos de segurança ou a teoria das relações internacionais, contribui para que a obra se torne uma referência substancial para a desconstrução do consenso que estabeleceu a *responsabilidade de proteger* em princípio unanimemente aceite pelos líderes presentes na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2005.

■ SÓNIA RODRIGUES*

* A pedido da autora este texto não adopta as regras do Novo Acordo Ortográfico.